



v. 8, n. 2: Memória e patrimônio cultural: espaços e práticas de difusão na contemporaneidade – 2019 – ISSN 2316-395X

Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade

Paraty, Unesco world heritage: preservation of history, memory, culture and biodiversity

Paraty, patrimonio mundial de la Unesco: preservación de la historia, de la memoria, de la cultura y de la biodiversidad

Maria Cristina Caponero¹
Rita C. Giraldi²
Edson Leite³

Recebido em: 11/7/2019
Aceito para publicação em: 10/9/2019

¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), com pós-doutorado pelo Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC/USP).

² Livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH/USP) e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da USP (PGEHA/USP).

³ Professor titular do MAC/USP e do PGEHA/USP.

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir questões sobre a recente inserção de Paraty na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco como patrimônio misto, cultural e natural, buscando compreender não só a importância de tal fato, que visa valorizar e preservar o patrimônio cultural (material e imaterial) e o natural, sobretudo a rica biodiversidade do local, mas também seus desdobramentos do ponto de vista da história, da identidade e da memória, assim como os benefícios, as responsabilidades e os compromissos, por parte da Unesco e também do governo em âmbito federal, estadual e municipal. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, com base em fontes secundárias e em documentos oficiais.

Palavras-chave: biodiversidade; cultura; Paraty; patrimônio misto; patrimônio mundial.

Abstract: This article aims to discuss issues involving the recent insertion of Paraty in the World Heritage List of Unesco as mixed, cultural and natural heritage, seeking to understand not just the importance of this fact, that aims to value and to preserve cultural (material and immaterial) and natural heritage, especially the rich biodiversity of the place, but also its outcomes from the point of view of history, identity and memory, as well as the benefits, the responsibilities and the commitments both by Unesco and by the government in federal, state and municipal scope. For this purpose, an exploratory research was carried out, based on secondary sources and on official documents.

Keywords: biodiversity; culture; Paraty; mixed heritage; world heritage.

Resumen: Este artículo pretende discutir temas relacionados con la reciente inserción de Paraty en la Lista del Patrimonio Mundial de la Unesco como patrimonio mixto, cultural y natural, buscando entender no solamente la importancia de ese hecho, que apunta a valorar y preservar el patrimonio cultural (material e inmaterial) y el natural también, sobre todo la rica biodiversidad del lugar y igualmente su desarrollo del punto de vista de la historia, de la identidad y de la memoria, así como los beneficios, las responsabilidades y los compromisos tanto de la Unesco como del gobierno en su alcance federal, estatal y municipal. Con ese fin, se realizó una investigación exploratoria, basada en fuentes secundarias y documentos oficiales.

Palabras clave: biodiversidad; cultura; Paraty; patrimonio mixto; patrimonio mundial.

INTRODUÇÃO

O processo de colonização de Paraty teve início com a descoberta da Baía de Ilha Grande, em 1502, durante a segunda expedição dos portugueses ao Brasil. Em 1573 mercenários europeus fizeram uma expedição de Cabo Frio até Paraty, escravizando ou exterminando índios tamoios. Em 1593 foi cedida a primeira sesmaria em Paraty, nas proximidades do Rio Paraty-Mirim. O primeiro núcleo organizado do povoamento surgiu no Morro da Vila Velha (atual Morro do Forte), onde, em princípios do século XVII, foi erigida uma capela dedicada a São Roque – primeiro padroeiro do povoado. Em 1646 o povoado transferiu-se para o local atual, nas terras entre os rios Perequê-açu e Patitiba, doadas por D. Maria Jácome de Mello para a instalação do então crescente povoado, sob duas condições: que se construísse uma capela em louvor à Nossa Senhora dos Remédios (atual protetora) e que os índios do local não fossem molestados. Assim, em 1667 foi fundada a cidade de Paraty (IPHAN, 2019b).

As primeiras construções da vila eram, em sua maioria, feitas com paredes de madeira e tetos de sapé, sendo raras as construções em pau a pique e telhas de barro. Destas, não

restou nenhum exemplar. No século XVIII foram erguidas diversas edificações encontradas ainda hoje no centro histórico de Paraty. Eram casas simples, térreas, feitas de pau a pique e com pouca preocupação estética. A partir da segunda metade do século XVIII, começaram a ser construídos os primeiros sobrados, muitas vezes elevados sobre as casas térreas já existentes, motivo pelo qual se percebem, em alguns deles, misturas de estilos – por exemplo, portas com vergas retas no piso térreo e janelas com vergas curvas no piso superior. A padronização e maior preocupação estética passaram a ocorrer a partir da elaboração do Registro de Posturas da Câmara Municipal da Villa de Paraty, em 1829 (PRIESTER, 2015). Tais edificações têm grande importância para a história e memória do local, pois, como afirma Jacques Le Goff (2013, p. 486), monumentos são herança do passado e, portanto, são materiais da memória que “têm como característica o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”.

Segundo planta da cidade de Paraty, datada de 1863, podemos verificar que o atual “centro histórico de Paraty manteve seu plano do século XVIII” (COTRIM, 2012, p. 100). Possui 31 quarteirões e quatro praças (Bandeira, Santa Rita, Matriz e Rosário), os quais comportam: edificações civis, como a Casa da Cultura, o Sobrado dos Bonecos, o Sobrado do Príncipe, o Prédio da Prefeitura, a Câmara Municipal e o Paço Municipal, entre outras; edificações religiosas, como a Santa Casa de Misericórdia e diversas outras igrejas; e edificações militares, como o Quartel da Fortaleza da Patitiba, o Forte do Defensor Perpétuo etc. Algumas delas são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cabe lembrar que qualquer organização espacial, seja ela urbana ou edificada, é reflexo dos valores vigentes da cultura que a erigiu, de modo datado e situado (GIRALDI, 2010).

Algumas igrejas de Paraty foram construídas com as pedras de lastro dos navios portugueses, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios – Matriz, Igreja de Nossa Senhora das Dores ou Capelinha, Igreja de Santa Rita dos Pardos Libertos, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito etc., algumas delas tombadas pelo IPHAN.

As edificações da cidade de Paraty recebiam caiação com cal retirada da incineração de conchas e mariscos e, contrastando com o branco, as esquadrrias eram pintadas de cores vivas, com predomínio do azul, do vinho ou do amarelo, isoladas ou combinadas, à feição de algumas vilas portuguesas. A base colorida é constituída de cola, têmpera ou óleo (mamona ou linhaça), misturada a corantes disponíveis no local (do anil, o azul; da cochonilha, o escarlate; do açafrão, o amarelo; do urucum, o vermelho-vivo; e do pau-bráuna, o negro) (COLIN, 2010).

Em Paraty, a influência maçônica é visível na arquitetura civil, no traçado e arruamento do centro histórico, desenhado de modo a dificultar uma eventual invasão da cidade. Em quase todas as esquinas há três cunhais em cantaria (pedra lavrada) formando um triângulo imaginário, símbolo maçônico de fé, esperança e caridade. Na fachada de diversos sobrados encontram-se estampados outros símbolos representativos da Maçonaria, a saber: triângulo – grande signo da Maçonaria = Supremo Arquiteto do Universo; pentagrama – a dominação do corpo pelo espírito; losango (ou “Sephiroth”) – a coroa, a inteligência, a sabedoria, a força, a graça, a beleza, a glória, a vitória, o fundamento e o reino; lua crescente – a vida, a sabedoria e a inteligência; lua minguante – as trevas e a morte; compasso – a precisão e a exatidão; o esquadro – a regularidade e a boa ordem. Quanto às cores básicas utilizadas pela Maçonaria, destacamos o azul e o vermelho, ambas associadas ao branco, representando os graus da escala hierárquica ocupados pelos membros (COUTO, 2009).

O calçamento, típico da cidade, começou a ser feito no início do século XIX, graças ao desenvolvimento trazido pelo ciclo do ouro, e foi concluído com a riqueza advinda do ciclo do café. Foi feito todo em pedras, num estilo denominado “pé de moleque”, com caimento no piso em forma de calha, possibilitando que as ruas fossem lavadas nas marés cheias.

As pedras eram necessárias para evitar que as tropas de mulas, carregadas com ouro, café ou outros produtos valiosos, atolassem nos dias chuvosos e levantassem nuvens de poeira nos dias ensolarados (COTRIM, 2012).

O Porto de Paraty, construído em 1726 num local estratégico, foi o ponto final da rota de escoamento do ouro minerado em Minas Gerais. Sua construção permitiu que Paraty passasse a ser ponto de importação do ouro (IPHAN *et al.*, 2015). A partir dali, o ouro era enviado para a Europa, no fim do século XVII, transformando a cidade em um mercado de negociação e ponto de entrada para ferramentas e escravos africanos enviados para trabalhar nas minas (UNESCO, 2019a) e em ponto de distribuição das mais diversas espécies de gêneros, utensílios e ferramentas para a zona da exploração do ouro. No começo do século XIX o Porto de Paraty havia se tornado o segundo mais importante do Brasil (IPHAN *et al.* 2015). Para proteger a riqueza do porto e da cidade, foi construído um sistema de defesa, sendo a ancoragem protegida por sete fortes (seis em ilhas e um no topo de um morro) (IPHAN *et al.* 2015).

Por fazer parte da história do Caminho do Ouro, Paraty é uma cidade histórica – uma das mais importantes do período colonial. Segundo a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), também denominada Carta de Washington, de 1986, as cidades resultantes de um desenvolvimento espontâneo ou de um projeto deliberado são expressão material da diversidade das sociedades ao longo da história e, por isso, devem ser consideradas cidades históricas (UNESCO, 1986⁴ in CURY, 2000, p. 281). Françoise Choay (2001) afirma que uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas é ao mesmo tempo um “tecido vivo”; seu território é definido por dimensões tanto materiais como imateriais, levando à necessidade de destacar a existência de diversas perspectivas de análise dele, inclusive sob o ponto de vista de todas as manifestações culturais.

A INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

Na Lista do Patrimônio Mundial, organizada pela Unesco, estão inscritos, até o momento, 1.113 lugares no mundo, dos quais 22 se localizam no Brasil (UNESCO, 2019c). Entre estes, encontram-se algumas cidades coloniais que tiveram grande importância para a preservação da história e da memória do país, como a cidade histórica de Ouro Preto (MG – 1980), o centro histórico de Olinda (PE – 1982), o centro histórico de Salvador (BA – 1985), o centro histórico de São Luís (MA – 1997), o centro histórico de Diamantina (MG – 1999), o centro histórico da cidade de Goiás (2001) (SILVA, 2003) e, mais recentemente, a cidade e município de Paraty e Ilha Grande, que receberam o título de patrimônio da humanidade em julho de 2019. Do total mundial, apenas 39 são sítios mistos, que envolvem bens culturais e naturais, como é o caso de Paraty e Ilha Grande, em virtude das áreas de beleza natural excepcionais.

O desejo de valorização e preservação da cidade de Paraty já vem ocorrendo há bastante tempo, haja vista a série de tombamentos realizados. Em 18 de setembro de 1945 o sítio histórico de Paraty foi declarado monumento estadual (pelo Decreto-Lei Estadual n.º 1.450), considerando-se que:

[...] estabelecida desde a primeira metade do século XVIII e erigida em Vila desde 1660, Paraty teve considerável importância na história política, social e econômica da Capitania da província e do Estado do Rio de Janeiro, e que o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paraty conserva não

⁴ UNESCO. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas** – Carta de Washington. 1986.

só as características expressivas da arte tradicional brasileira, mas também significativas peculiaridades regionais [...] (MAIA; MAIA, 1976, p. 28).

Em 13 de fevereiro de 1958 o conjunto arquitetônico e paisagístico do centro histórico de Paraty foi tombado em âmbito federal pelo IPHAN, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, oportunidade na qual foram ditadas normas para a preservação da arquitetura e do paisagismo local (IPHAN, 2019a). O centro histórico, assim como todo o município de Paraty, foi convertido em monumento nacional pelo Decreto n.º 58.077, de 24 de março de 1966, “[...] considerando a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural [...], sob ameaça iminente de sofrer deformações irreparáveis [...]” (BRASIL, 1966). Em 1974 foi feito um novo tombamento federal, que incluiu o entorno do conjunto arquitetônico e paisagístico do município, registrado então no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes do IPHAN, conforme Portaria n.º 402, de 13 de setembro de 2012. Destacam-se, no conjunto arquitetônico de Paraty, “[...] seu valor excepcional, a extraordinária beleza natural, a originalidade da área do município, além da importância do papel histórico que Paraty representou como elemento de ligação entre as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (IPHAN, 2019a).

Em âmbito internacional, desde 1998, Paraty vem demonstrando grande interesse em se tornar patrimônio mundial por sua exuberância como cidade colonial (MOURE, 2003) e, desde então, apresentou sua candidatura várias vezes (2004, 2009 e 2015), tendo sido rejeitada em todas essas ocasiões. No entanto, em 2019, Paraty novamente apresentou sua candidatura e dessa vez ganhou novos olhares, enfatizando sua natureza exuberante e sua rica biodiversidade (ONU BRASIL, 2019). “Paraty e Ilha Grande: cultura e biodiversidade”, título do dossiê apresentado, atendeu à questão do valor universal, expresso por dois critérios estabelecidos pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972: “ser um exemplo de interação humana com o meio ambiente” e “conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação da diversidade biológica” (UNESCO, 2019b). A proposição de candidatura atendeu também aos critérios do Guia Operacional para a Implementação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, julgados pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, a saber:

Critério V – Ser um excelente exemplo de assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar que é representativo de uma cultura (ou culturas) ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se torna vulnerável devido ao impacto de mudanças irreversíveis.

Critério X – Conter os habitats naturais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que possuem espécies ameaçadas de valor universal do ponto de vista científico ou de conservação (UNESCO, 2019b).

O diferencial dessa última candidatura de Paraty ao título de patrimônio mundial foi a inclusão de sua biodiversidade e sua interação entre natureza e cultura, não se limitando ao conjunto de edificações ou ao arruamento colonial. A Unesco justificou o motivo por que os critérios foram atendidos:

Segundo a candidatura, o quinto critério é observado fortemente no sítio, pois grupos humanos, em diferentes momentos históricos de Paraty, viveram ao lado da paisagem exuberante e exploraram os recursos naturais, terrestres e aquáticos, formando uma interação entre a cultura e a natureza. As comunidades tradicionais de Paraty baseiam suas atividades na utilização da terra e do mar, sendo a pesca artesanal uma atividade

intensa, especialmente nas comunidades caiçara [sic] e em torno do centro histórico. Ainda nos dias de hoje, paralelamente aos processos de pesca com embarcações modernas e motorizadas, existem práticas e instrumentos tradicionais herdados das culturas indígena, africana e europeia, que são utilizados pelas comunidades tradicionais (UNESCO, 2019b).

A área de abrangência do novo patrimônio mundial envolve um território de quase 149 mil hectares de mata nativa, que reúne o centro histórico de Paraty⁵ (considerada uma das cidades costeiras mais bem preservadas do Brasil), uma parte do antigo Caminho do Ouro (por onde escoava o minério de Minas Gerais), além de quatro grandes áreas naturais protegidas da mata atlântica brasileira, um dos cinco principais pontos de biodiversidade do mundo: o Parque Nacional da Serra da Bocaina⁶, o Parque Estadual da Ilha Grande⁷, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul⁸, a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu⁹ e o Morro da Vila Velha¹⁰. Envolve, ao todo, seis municípios dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo a maior porção em Paraty e Angra dos Reis. No estado de São Paulo, há porções em Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro e Areias (CAU/BR, 2019).

A região onde está localizada a cidade de Paraty é um centro endêmico da mata atlântica e uma das áreas de grande biodiversidade, por conta de fatores históricos e evolutivos associados a questões geográficas que criaram uma diversidade única de paisagens (CAU/BR, 2019), contendo espécies raras do bioma mata atlântica. A região abriga

um conjunto de altas montanhas e forte variação altitudinal, onde seus ecossistemas ocupam áreas desde o nível do mar até cerca de 2.000 metros de altura. Esta seção da Mata Atlântica representa a maior riqueza de endemismo para plantas vasculares ao longo deste local e também apresenta 57% do total de aves endêmicas da região, o maior percentual encontrado entre as áreas mais importantes para a conservação de aves identificadas na Mata Atlântica (UNESCO, 2019b).

O IPHAN (2019c) e a Unesco (2019b) salientam a impressionante diversidade de espécies animais e vegetais do local. O IPHAN (2019c) afirma a existência de 36 espécies vegetais consideradas raras, com forte presença de aves, sapos e pererecas, além de registros de mamíferos como a onça-pintada e o miquití¹¹. A Unesco (2019a) enfatiza a presença de algumas espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada (*Panthera onca*), o queixada¹²

⁵ O Centro Histórico de Paraty é palco de muitos festejos tradicionais, como a Festa do Divino Espírito Santo (IPHAN, 2019c).

⁶ Na Serra da Bocaina pode-se percorrer parte do Caminho do Ouro, observar a rica biodiversidade e apreciar a vista da baía da Ilha Grande a partir da Pedra da Macela (IPHAN, 2019c).

⁷ No Parque Estadual da Ilha Grande encontra-se uma variedade de oficinas líticas, vestígios de indígenas pré-históricos, que usavam rochas para polir e afiar seus instrumentos de pedra (IPHAN, 2019c).

⁸ A Reserva Biológica da Praia do Sul tem sua paisagem marcada pela tradicional canoa caiçara e praias bem preservadas (IPHAN, 2019c).

⁹ A Área de Proteção Ambiental de Cairuçu tem como principais atrativos praias e ilhas, o Saco do Mamanguá, cultura caiçara quilombola e indígena, além do sítio histórico de Paraty-Mirim (IPHAN, 2019c).

¹⁰ O Morro da Vila Velha é o local onde ficam o forte e o Museu do Defensor Perpétuo (IPHAN, 2019c).

¹¹ Miquití é o maior primata do continente americano.

¹² Queixada é um tipo de porco selvagem.

(*Tayassu pecari*) e várias espécies de primatas, incluindo o macaco-aranha (*Brachyteles arachnoides*).

A região abriga ainda “culturas vivas” (IPHAN, 2019c): duas terras indígenas, dois territórios quilombolas e 28 comunidades caiçaras, cujos primeiros registros de povoamento datam de 4 mil anos (IPHAN, 2019c). Essas comunidades tradicionais mantêm os modos de vida de seus antepassados, preservando grande parte das relações culturais, incluindo ritos, festividades e religiões.

O fato de Paraty ter sido formada pelo intercâmbio das culturas indígena, africana e caiçara fez com que seu patrimônio cultural material e imaterial se expressasse e apresentasse características próprias, referentes aos variados grupos humanos em diferentes momentos históricos, “povos tradicionais que usam a terra e o mar de forma sustentável, ou seja, que exploram os recursos naturais, terrestres e aquáticos, inseridos numa paisagem exuberante, demonstrando a interação do homem com o meio ambiente” (CAU/BR, 2019).

Paraty destaca-se também por integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco, criada em 2004, composta por 64 cidades¹³, na categoria gastronomia (UNESCO, 2017b). A cidade é famosa ainda em função da realização da Festa Literária de Paraty (Flip), que vem ocorrendo anualmente desde sua criação, em 2003; constitui um dos principais festivais literários do Brasil e da América do Sul, atraindo visitantes, leitores e escritores do mundo todo.

É a dimensão do encontro que norteia as muitas linguagens empenhadas na construção de cada Flip: arquitetura, design, cenografia, urbanismo. Cada detalhe é pensado a partir da transformação dos espaços públicos, que ano após ano vão acumulando camadas de apropriação afetiva por visitantes e moradores (FLIP, 2019).

Entre os inúmeros eventos realizados, destaca-se a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, registrada como patrimônio cultural imaterial brasileiro, desde 2013, no Livro das Celebrações do IPHAN. Trata-se de uma festividade tradicional que deve ser compreendida como um evento sociocultural da cidade, não apenas pelo viés religioso, e que vem atraindo inúmeros visitantes, inclusive estrangeiros. Esta festa é uma

[...] manifestação cultural e religiosa, de origem portuguesa, disseminada no período da colonização e ainda hoje presente em todas as Regiões do Brasil, com variações em torno de uma estrutura básica [...]. A Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, Rio de Janeiro, é uma celebração profundamente enraizada no cotidiano dos moradores daquela cidade, um espaço de reiteração de sua identidade e determinante dos padrões de sociabilidade local (IPHAN, 2013).

BENEFÍCIOS E RESPONSABILIDADES POR SER PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

O fato de um bem – seja uma cidade, uma região, uma edificação etc. – ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial pode trazer benefícios ao país, ao estado e ao município no qual está inserido. O local vale-se desse título como parte da sua estratégia para ampliar a publicidade em torno do bem, de modo a servir de instrumento de divulgação a serviço de campanhas internacionais promovidas muitas vezes para angariar fundos e estimular

¹³ 64 cidades em 44 países fazem parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco, que tem como finalidade “promover a inovação e a criatividade como principais impulsionadores de um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo”. Outras cidades brasileiras que fazem parte dessa lista são: Brasília, na categoria design, e João Pessoa, na categoria artesanato e artes folclóricas (UNESCO, 2017b).

o interesse e a generosidade do público, ajudando assim a atrair aportes de doadores privados, ampliando os benefícios sociais, educacionais, culturais, políticos e econômicos e contribuindo com a preservação do patrimônio.

Além disso, o fato de constar na Lista do Patrimônio Mundial também chama a atenção da opinião pública mundial sobre a importância e os perigos que ameaçam os bens culturais de interesse universal, aumentando assim a proteção internacional deles. No entanto um dos grandes problemas é a exposição, sobretudo se for excessiva, pois pode levar à intensificação da atividade turística, gerando benefícios econômicos, mas, por outro lado, ocasionando a eventual deterioração do bem. Portanto, o turismo deve ser cuidadosa e minuciosamente planejado, sobretudo porque Paraty tem uma oferta turística muito diversificada em diversos segmentos, como ecologia, gastronomia e aventura, que se articulam com o turismo cultural.

Embora as recomendações e demais cartas patrimoniais da Unesco não tenham força de lei, ter um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial faz com que a Unesco assuma a responsabilidade de monitorar seu estado de conservação, além de promover a divulgação e a valorização dele. Quando um sítio passa por alguma ameaça iminente, caberá à Unesco fazer recomendações para enfrentar a situação e indicar medidas de cooperação internacional, de natureza técnica, financeira ou política. O fato de constar na lista facilita a articulação e a cooperação internacional.

Por outro lado, a inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial também acarreta uma série de compromissos, responsabilidades de gestão, proteção e preservação do patrimônio pelas autoridades da federação, do estado e do município onde o bem está localizado. A responsabilidade é do poder público, com a contribuição da sociedade em geral, redundando na necessidade de maiores investimentos para a conservação do bem e no compromisso de manter a qualidade dos ambientes naturais, culturais e urbanos, assim como a atribuição de valor das áreas preservadas. Devem-se manter inalteradas as referências ao que se produziu em matéria de urbanismo, arquitetura e artes, de modo a permitir a vivência dos processos de transformação histórica pelos quais o local foi passando, por meio da preservação de expressões próprias de cada período. Por causa do baixo investimento público e da ameaça de gargalos urbanos, Paraty enfrenta diversos desafios a serem solucionados, como baixo índice de saneamento, aumento desordenado do turismo, falta de segurança, índices elevados de violência urbana etc. No caso de Paraty e Ilha Grande, também deve ser mantida a biodiversidade, evitando a degradação ambiental e buscando-se a preservação de espécies animais e vegetais, algumas das quais ameaçadas de extinção, assim como das manifestações e práticas sociais das diversas comunidades abrangidas pelo título atribuído.

A PRESERVAÇÃO DO IMATERIAL

O título atribuído a Paraty traz à luz a questão da responsabilidade de gestão, proteção e preservação do patrimônio. As ações de salvaguarda não se limitam apenas a aspectos arquitetônicos, urbanísticos, territoriais, ambientais, paisagísticos e históricos, mas também aos culturais, pois, diferentemente da maioria dos outros patrimônios mistos presentes na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, como Machu Picchu (no Peru), Mount Athos (na Grécia), Pirineus (na França e Espanha), Antiga Cidade Maia (no México), Tongariro National Park (na Nova Zelândia), que são sítios arqueológicos ou parques nacionais onde a “cultura viva” está ausente, o caso de Paraty é diverso, pois estamos nos referindo à biodiversidade e também ao “tecido vivo”, à “cultura viva”. Assim, há também a responsabilidade de preservar a multifuncionalidade do local onde convivem funções habitacionais, comerciais, de serviços, instituições públicas, civis, religiosas e espaços e equipamentos de lazer, de modo a permitir a compreensão do processo civilizatório pelo qual o local foi passando

ao longo do tempo e a necessidade de preservar também a imaterialidade, expressa nas práticas sociais e nas tradições.

O patrimônio de uma nação representa sua identidade, sua história e sua memória e, embora a Unesco não se refira diretamente ao termo “patrimônio cultural imaterial”, ao considerarmos o “tecido vivo” e a “cultura viva” é a ele que nos referimos, por se expressarem por meio de um conjunto de manifestações e práticas socioculturais ligadas aos sentidos de valores atribuídos pelas comunidades que lá habitam, seja nas formas de se organizar coletivamente, seja nas práticas, manifestações, tradições, rituais, festividades ou mesmo nos lugares onde ocorrem. A própria Unesco (2003) definiu o patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidas pelas comunidades de geração para geração, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, além de comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos que se reconhecem como parte dessa riqueza de recursos. Muitos dos conhecimentos tradicionais, caixas ou indígenas, estão (ou podem estar) integrados aos cuidados com a saúde, a educação e o gerenciamento dos sistemas de recursos naturais.

Festas, celebrações e comemorações constituem, por excelência, o que Pierre Nora (1993) convencionou denominar de “lugares de memória”. Segundo ele, os lugares de memória nascem e vivem do entendimento de que não há memória espontânea, que é preciso, entre outras coisas, manter celebrações, pois elas revelam as formas de expressão da nacionalidade, os modos de pensar, sentir e valorar o passado. Tais manifestações, transmitidas de geração a geração, estão associadas à memória e à identidade de uma nação, permanecendo vivas pela importância que lhes é atribuída pela comunidade, a qual se une pelo desejo de preservá-las. São as pessoas da comunidade que têm o conhecimento mais enraizado, profundo e rico sobre o lugar, as manifestações e práticas de onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paraty e Ilha Grande foram inseridas na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco em função da excepcional interação cultural com o ambiente natural, ou seja, pela interação única entre o homem e o meio ambiente, valorizando assim o patrimônio cultural (material e imaterial) e natural brasileiro. O título que lhes foi atribuído reforça não só a necessidade de preservação do patrimônio, como também de valorização da história, isto é, “da memória coletiva e sua forma científica” (LE GOFF, 2013) e de seus detentores, além de também chamar a atenção para a necessidade de preservar a biodiversidade. No entanto o título concedido a Paraty e à Ilha Grande também lhes atribui responsabilidades de gestão e compromissos internacionais de preservação relacionados não só à cidade, como também às quatro áreas de preservação ambiental, mostrando que há desafios e entraves urbanos e ambientais a serem superados. É fundamental, portanto, que as esferas pública e privada se unam e se comprometam a preservar e valorizar esse patrimônio misto tão rico e diversificado – o primeiro da América Latina a ser reconhecido pela Unesco.

A inserção de Paraty na Lista do Patrimônio Mundial gera visibilidade e consequente e inevitavelmente aumenta o potencial atrativo turístico do local, trazendo benefícios econômicos, porém é preciso adequar serviços, equipamentos e infraestrutura de apoio (atividades básicas para o desenvolvimento saudável e sustentável de qualquer atividade turística) às reais necessidades de preservação do patrimônio e da memória.

Além disso, não se deve deixar à parte a comunidade local, pois, como afirma Silva Telles (2000, p. 453), “não se pode amar e respeitar o que não se conhece e, por outro lado, quem pode melhor preservar, conservar um bem é aquele que o utiliza, é o vizinho de bem cultural ou natural”. A própria Unesco afirma que “o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações” (UNESCO, 2017a).

O título de patrimônio mundial para Paraty, sobretudo quando se trata de um patrimônio misto, implica assumir as responsabilidades necessárias para valorizar e preservar sua diversidade natural e cultural, composta por manifestações materiais e imateriais, conjunto de sistemas simbólicos e biodiversidade criados e reforçados ao longo dos séculos, dando sentido de identidade e de continuidade. Ao mesmo tempo em que esse título pode promover a criatividade e o bem-estar social, também contribui para o gerenciamento do meio ambiente natural e social, gerando benefícios e atribuindo valorização e importância para a comunidade, verdadeira detentora desses recursos naturais e culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 58.077, de 24 de março de 1966. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 3.175, 25 mar. 1966.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial**. Instituto Histórico – IMPHIC, 6 set. 2010. Disponível em: <https://st2.ning.com/topology/rest/1.0/file/get/3163498197?profile=original>. Acesso em: set. 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR. **Cultura e biodiversidade**: Paraty e Ilha Grande agora são patrimônio da humanidade. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/paraty-e-ilha-grande-agora-sao-patrimonios-da-humanidade/>. Acesso em: jul. 2019.

COTRIM, Cassio Ramiro Mohallem. **Villa de Paraty**. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

FLIP. **Histórico**. Disponível em: <https://www.flip.org.br/historico/>. Acesso em: jul. 2019.

COUTO, Sergio Pereira. **Dicionário secreto da Maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 281-284.

FREIRE, Zezito. **Paraty no século XX**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2012.

GIRALDI, Rita de Cássia. **Do lazer nos espaços permanentes ao lazer nos espaços imateriais**: o uso do urbano e dos espaços virtuais. 2010. 317 f. Tese (Livre-Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Arquivo Noronha Santos**. Paraty. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em: jul. 2019a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Bens culturais registrados**. Festa do Divino Espírito Santo de Paraty/RJ. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/84/>. Acesso em: jul. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **História – Paraty (RJ)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1510/>. Acesso em: jul. 2019b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Paraty e Ilha Grande recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco**. 4 jul. 2019c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5164/paraty-e-ilha-grande-rj-ganham-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco>. Acesso em: jul. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN *et al.* **O caminho do ouro em Paraty e sua paisagem**. 2015. Disponível em: http://www.pagem.uerj.br/textos/172_2009/docs/C%F3digos%20e%20Leis%20-%20Paraty/IPHAN/proposta%20-%20paraty%20patrimonio.pdf. Acesso em: jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

MAIA, Teresa Regina de Camargo; MAIA, Tom. **Paraty – religião & folclore**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

MOURE, Laura Bahia Ramos. **Mobilidade social e apropriação do espaço de Paraty: 1970 a 2000**. 2003. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ONU BRASIL. **Paraty e Ilha Grande se tornam patrimônio mundial da Unesco por sua cultura e natureza**. 5 jul. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/paraty-se-torna-patrimonio-mundial-da-unesco-por-sua-cultura-e-natureza/>. Acesso em: jul. 2019.

PRIESTER, Mariana Freitas. **Os olhares sobre o bairro histórico de Paraty/RJ: análise de intervenções na arquitetura civil e no espaço público**. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_pep_mariana_freitas_priester_2015.pdf. Acesso em: jul. 2019.

RIO DE JANEIRO. Palácio do Governo de Niterói. **Decreto-Lei n.º 1.450, de 18 de setembro de 1945**. Erige a cidade de Paraty em monumento histórico. Processo n.º 563-T-57 – Conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Paraty, Arquivo Central do IPHAN, Palácio Gustavo Capanema.

SILVA, Fernando Fernandes de. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Edusp; Peirópolis, 2003.

SILVA TELLES, Augusto Carlos da. Preservação dos bens culturais ontem e hoje; e amanhã? O território do barroco no século 21. **Revista Barroco** 18, 2000.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

UNESCO. **Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage**. 17 out. 2003. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17716&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: jul. 2019.

UNESCO. **O patrimônio**: legado do passado ao futuro. 2017a. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: jul. 2019.

UNESCO. **Paraty and Ilha Grande**: culture and biodiversity. 2019a. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1308>. Acesso em: jul. 2019.

UNESCO. **Paraty e Ilha Grande se tornam o primeiro sítio misto do Patrimônio Mundial localizado no Brasil**. 5 jul. 2019b. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/paraty_becomes_the_first_mixed_world_heritage_site_in_brazil/. Acesso em: jul. 2019.

UNESCO. **64 cidades se unem à Rede de Cidades Criativas da Unesco**. 1.º nov. 2017b. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/64_cities_join_the_unesco_creative_cities_network/. Acesso em: jul. 2019.

UNESCO. **World heritage list**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: jul. 2019c.